

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	18
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	77
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	78

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/01/2018	Dividendo	23/01/2018	Ordinária		0,17732
Reunião do Conselho de Administração	23/01/2018	Juros sobre Capital Próprio	23/01/2018	Ordinária		0,01455
Reunião do Conselho de Administração	23/02/2018	Dividendo	23/02/2018	Ordinária		0,06462
Reunião do Conselho de Administração	23/02/2018	Dividendo	23/02/2018	Ordinária		0,09191

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.229.638	4.282.305
1.01	Ativo Circulante	1.540.121	1.619.668
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.008.899	1.127.850
1.01.03	Contas a Receber	1.455	812
1.01.03.01	Clientes	1.455	812
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.684	25.337
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.684	25.337
1.01.07	Despesas Antecipadas	623	26
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	500.460	465.643
1.01.08.03	Outros	500.460	465.643
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	26.443	23.303
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	468.493	436.423
1.01.08.03.03	Outros créditos	5.524	5.917
1.02	Ativo Não Circulante	2.689.517	2.662.637
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.159.398	1.120.581
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.262	7.940
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.262	7.940
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.151.815	1.112.321
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	1.151.815	1.112.321
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	321	320
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	321	320
1.02.02	Investimentos	1.488.320	1.498.418
1.02.02.01	Participações Societárias	1.488.320	1.498.418
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.488.320	1.498.418
1.02.03	Imobilizado	23.380	24.073
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.380	24.073
1.02.04	Intangível	18.419	19.565
1.02.04.01	Intangíveis	18.419	19.565

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.229.638	4.282.305
2.01	Passivo Circulante	639.959	808.371
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.630	26.753
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.630	26.753
2.01.02	Fornecedores	3.578	6.239
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.578	6.239
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.063	535
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.063	535
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	3.063	535
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	593.753	763.320
2.01.04.02	Debêntures	593.753	763.320
2.01.05	Outras Obrigações	18.935	11.524
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.185	1.536
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.185	1.536
2.01.05.02	Outros	17.750	9.988
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	8.641
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	17.724	1.347
2.02	Passivo Não Circulante	2.684.406	2.455.629
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.676.091	2.447.205
2.02.01.02	Debêntures	2.676.091	2.447.205
2.02.02	Outras Obrigações	7.233	7.353
2.02.02.02	Outros	7.233	7.353
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	7.233	7.353
2.02.04	Provisões	1.082	1.071
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.082	1.071
2.03	Patrimônio Líquido	905.273	1.018.305
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	-50.437	5.475
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.538	5.475
2.03.02.07	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	-55.975	0
2.03.04	Reservas de Lucros	147.553	316.115
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reservas de dividendos	8.210	176.772
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	111.442	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	42.167	43.527
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.733	-22.559
3.03	Resultado Bruto	20.434	20.968
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	177.789	162.223
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.267	-16.821
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	2
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.398	-1.122
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimento	-1.398	-1.122
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	191.452	180.164
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	175.485	165.540
3.04.06.02	Juros sobre Capital Proprio recebidos	15.967	14.624
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	198.223	183.191
3.06	Resultado Financeiro	-21.218	-19.208
3.06.01	Receitas Financeiras	46.675	37.171
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.893	-56.379
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	177.005	163.983
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.530	-87
3.08.01	Corrente	-852	-309
3.08.02	Diferido	-678	222
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	175.475	163.896
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	175.475	163.896
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,25186	0,24000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	175.475	163.896
4.03	Resultado Abrangente do Período	175.475	163.896

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.295	-20.846
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.714	5.983
6.01.01.01	Lucro Líquido	175.475	163.896
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.821	3.118
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	1.398	1.122
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	59.319	53.225
6.01.01.05	Prêmio de opções com base em ações	31	83
6.01.01.06	Tributos diferidos	678	-222
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-191.452	-180.164
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	0	3
6.01.01.09	Juros sobre Contrato de Mútuo/Cessão e assunção de dívidas	-18.431	-35.299
6.01.01.10	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	13	-86
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	11	7
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1	-9
6.01.01.14	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	852	309
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.009	-26.829
6.01.02.01	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-852	-309
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.347	-850
6.01.02.03	Outros créditos	393	-119
6.01.02.04	Fornecedores	-2.661	-6.957
6.01.02.05	Obrigações sociais	-6.123	-2.340
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.528	-296
6.01.02.07	Outras contas a pagar	257	-24
6.01.02.08	Partes relacionadas	-30.951	-16.081
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-597	-2
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-13	0
6.01.02.12	Clientes	-643	149
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	145.240	192.832
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-982	-887
6.02.02	Aporte de Capital	0	-21.976
6.02.03	Transações com partes relacionadas - Mutuo/Cessão e assunção de dívida	-10.847	2.141
6.02.04	Dividendos recebidos	201.069	213.554
6.02.07	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	-44.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-252.896	-171.419
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-241.210	-171.419
6.03.02	Partes relacionadas - dívida	-11.686	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-118.951	567
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.127.850	45.969
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.008.899	46.536

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.912	-168.562	-64.033	0	-288.507
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63
5.04.06	Dividendos	0	0	-168.562	-64.033	0	-232.595
5.04.08	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.475	0	175.475
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.475	0	175.475
5.07	Saldos Finais	696.715	-50.437	147.553	111.442	0	905.273

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	171	-33.879	-103.328	0	-137.036
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	171	0	0	0	171
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.879	-103.328	0	-137.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	163.896	0	163.896
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	163.896	0	163.896
5.07	Saldos Finais	696.715	5.256	143.107	60.568	0	905.646

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	47.457	48.999
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	47.457	48.999
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.647	-11.796
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.677	-2.958
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.970	-8.838
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.810	37.203
7.04	Retenções	-4.216	-4.240
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.821	-3.118
7.04.02	Outras	-1.395	-1.122
7.04.02.01	Amortização ágio de investimentos	-1.398	-1.122
7.04.02.02	Outras despesas e receitas líquidas	3	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.594	32.963
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	238.127	217.335
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	191.452	180.164
7.06.02	Receitas Financeiras	46.675	37.171
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	274.721	250.298
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	274.721	250.298
7.08.01	Pessoal	21.451	21.209
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.986	17.906
7.08.01.02	Benefícios	2.512	2.049
7.08.01.03	F.G.T.S.	953	1.254
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.820	5.559
7.08.02.01	Federais	5.920	4.620
7.08.02.03	Municipais	900	939
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.975	59.634
7.08.03.01	Juros	53.622	43.789
7.08.03.02	Aluguéis	3.082	3.255
7.08.03.03	Outras	14.271	12.590
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	175.475	163.896
7.08.04.02	Dividendos	64.033	103.328
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	111.442	60.568

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	7.439.855	7.480.594
1.01	Ativo Circulante	2.141.725	2.236.644
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.463.002	1.582.156
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.463.002	1.582.156
1.01.03	Contas a Receber	135.718	132.857
1.01.03.01	Clientes	135.718	132.857
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.430	26.234
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	31.430	26.234
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.728	3.924
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	4.728	3.924
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	506.847	491.473
1.01.08.03	Outros	506.847	491.473
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	67.602	60.234
1.01.08.03.03	Outros créditos	15.012	15.964
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	424.233	415.275
1.02	Ativo Não Circulante	5.298.130	5.243.950
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	969.371	951.720
1.02.01.03	Contas a Receber	0	82
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	82
1.02.01.06	Tributos Diferidos	121.245	120.533
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.245	120.533
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	649	682
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	737.521	724.423
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	737.521	724.423
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	109.956	106.000
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	98.048	97.166
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	11.908	8.834
1.02.03	Imobilizado	94.482	100.572
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	94.482	100.572
1.02.04	Intangível	4.234.277	4.191.658
1.02.04.01	Intangíveis	4.234.277	4.191.658

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	7.439.855	7.480.594
2.01	Passivo Circulante	1.199.149	1.381.141
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	41.292	52.462
2.01.01.01	Obrigações Sociais	41.292	52.462
2.01.02	Fornecedores	57.157	75.663
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57.157	75.663
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.491	31.880
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.491	31.880
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	32.491	31.880
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	845.661	998.398
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	55.742	56.261
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	55.742	56.261
2.01.04.02	Debêntures	789.919	942.137
2.01.05	Outras Obrigações	43.034	50.117
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.755	16.918
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.755	16.918
2.01.05.02	Outros	35.279	33.199
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.182	8.641
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	7.931	13.062
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	25.166	11.496
2.01.06	Provisões	179.514	172.621
2.01.06.02	Outras Provisões	179.514	172.621
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	82.943	90.503
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	57.518	57.568
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	39.053	24.550
2.02	Passivo Não Circulante	5.239.586	4.983.200
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.881.665	4.655.300
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	424.108	434.748
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	424.108	434.748
2.02.01.02	Debêntures	4.457.557	4.220.552
2.02.02	Outras Obrigações	39.175	38.302
2.02.02.02	Outros	39.175	38.302
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	39.175	38.302
2.02.03	Tributos Diferidos	16.326	16.767
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.326	16.767
2.02.04	Provisões	302.420	272.831
2.02.04.02	Outras Provisões	302.420	272.831
2.02.04.02.05	Provisões para perda cíveis, trabalhistas e tributárias	87.859	86.012
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	206.084	179.121
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	8.477	7.698
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.001.120	1.116.253
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	-50.437	5.475
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.538	5.475
2.03.02.08	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	-55.975	0
2.03.04	Reservas de Lucros	147.553	316.115

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reserva de dividendos	8.210	176.772
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	111.442	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	95.847	97.948

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	759.958	686.316
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-370.054	-308.714
3.03	Resultado Bruto	389.904	377.602
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.457	-36.018
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.454	-36.120
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	102
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	358.447	341.584
3.06	Resultado Financeiro	-82.821	-85.309
3.06.01	Receitas Financeiras	55.108	59.339
3.06.02	Despesas Financeiras	-137.929	-144.648
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	275.626	256.275
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-96.074	-88.929
3.08.01	Corrente	-97.227	-89.181
3.08.02	Diferido	1.153	252
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	179.552	167.346
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	179.552	167.346
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	175.475	163.896
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.077	3.450
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,25186	0,24000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	179.552	167.346
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	179.552	167.346
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	175.475	163.896
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.077	3.450

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	391.660	343.053
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	543.978	482.452
6.01.01.01	Lucro Líquido	179.552	167.346
6.01.01.02	Depreciação e amortização	105.380	91.576
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	121.020	129.550
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	344	-948
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-1.155	-2.186
6.01.01.06	Baixa do ativo propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	8	1.009
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	26.963	20.624
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para manutenção e construção de obras futuras	7.830	8.693
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	63	171
6.01.01.10	Tributos diferidos	-1.153	-252
6.01.01.11	Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - PECLD	60	781
6.01.01.12	Capitalização de Juros	-6.511	-3.497
6.01.01.13	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	2.128	1.070
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	883	1.212
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	1.050	348
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-662	-1.369
6.01.01.17	Juros sobre contratos de mútuo/Cessão e Assunção de dívidas	0	-31.227
6.01.01.18	Obrigações com o Poder Concedente	10.951	10.370
6.01.01.19	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	97.227	89.181
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-152.318	-139.399
6.01.02.01	Clientes	-2.921	11.727
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-5.196	-3.297
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-771	-423
6.01.02.04	Outros créditos	1.034	-1.620
6.01.02.05	Fornecedores	-18.506	-22.274
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-11.170	-5.321
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	611	1.294
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-1.457	232
6.01.02.09	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-82.724	-85.856
6.01.02.10	Partes relacionadas	-7.876	-113
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.164	-642
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-14.661	-25.862
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-1.270	-2.926
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-6.247	-4.318
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-189.649	-90.064
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-135.406	-87.073
6.02.02	Aporte de capital de acionistas não controladores	0	1.890
6.02.03	Dividendos minoritários	0	-6.420

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.02.04	Stock Option acionistas não controladores	3	10
6.02.06	Partes relacionadas - mútuos	-10.246	1.529
6.02.08	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	-44.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-321.165	-170.281
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-9.287	-20
6.03.02	Pagamento de Obrigações com o Poder Concedente	-10.179	-10.379
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	0	49.885
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-25.155	-14.945
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-241.210	-171.419
6.03.07	Juros pagos	-22.237	-23.403
6.03.08	Partes relacionadas - dívida	-13.097	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-119.154	82.708
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.582.156	583.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.463.002	665.796

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.912	-168.562	-64.033	0	-288.507	-4.022	-292.529
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63	3	66
5.04.06	Dividendos	0	0	-168.562	-64.033	0	-232.595	0	-232.595
5.04.08	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975	-4.025	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.475	0	175.475	4.077	179.552
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.475	0	175.475	4.077	179.552
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-2.156	-2.156
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	0	-2.156	-2.156
5.07	Saldos Finais	696.715	-50.437	147.553	111.442	0	905.273	95.847	1.001.120

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	171	-33.879	-103.328	0	-137.036	-4.520	-141.556
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	1.890	1.890
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	171	0	0	0	171	10	181
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.879	-103.328	0	-137.207	-6.420	-143.627
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	163.896	0	163.896	3.450	167.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	163.896	0	163.896	3.450	167.346
5.07	Saldos Finais	696.715	5.256	143.107	60.568	0	905.646	71.513	977.159

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	825.233	748.439
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	672.395	636.652
7.01.02	Outras Receitas	26.093	24.662
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	126.745	87.125
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-230.990	-187.100
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-219.313	-170.423
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.677	-16.677
7.03	Valor Adicionado Bruto	594.243	561.339
7.04	Retenções	-105.436	-91.576
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105.380	-91.576
7.04.02	Outras	-56	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	488.807	469.763
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	55.108	59.339
7.06.02	Receitas Financeiras	55.108	59.339
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	543.915	529.102
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	543.915	529.102
7.08.01	Pessoal	59.073	60.116
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.513	46.935
7.08.01.02	Benefícios	10.867	10.179
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.693	3.002
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	161.296	151.052
7.08.02.01	Federais	125.833	117.460
7.08.02.03	Municipais	35.463	33.592
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	143.994	150.588
7.08.03.01	Juros	91.650	97.752
7.08.03.02	Aluguéis	6.065	5.940
7.08.03.03	Outras	46.279	46.896
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	179.552	167.346
7.08.04.02	Dividendos	64.033	103.328
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	111.442	60.568
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.077	3.450

Comentário do Desempenho

Ecorodovias Concessões anuncia resultados do 1T18

São Bernardo do Campo, 25 de abril de 2018 – A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018 (1T18). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2017 (1T17).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- ✓ O volume de tráfego atingiu 75.753 mil veículos equivalentes pagantes no 1T18, com crescimento de 2,0%.
- ✓ O EBITDA pró-forma totalizou R\$490,8 milhões no 1T18 (+8,2%). A margem EBITDA pró-forma atingiu 77,5% no 1T18 (+1,8 p.p.).
- ✓ A receita líquida atingiu R\$759,9 milhões no 1T18 (+10,7%).

Destques (R\$ milhões)	1T18	1T17	Var.
Volume de tráfego ¹	75.753	74.266	2,0%
Tarifa Média	8,88	8,57	3,4%
Receita líquida	759,9	686,3	10,7%
Lucro do período	175,5	163,9	7,1%
EBITDA Pró-forma ²	490,8	453,8	8,2%
Margem EBITDA Pró-forma ²	77,5%	75,7%	1,8 p.p.
Capex	156,6	116,4	34,5%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção

COMPANHIA

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, ECO101 e Ecoponte.

Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	1T18	1T17	Var.
Pesados			
Ecovias dos Imigrantes	7.067	6.911	2,3%
Ecopistas	6.265	6.084	3,0%
Ecovia Caminho do Mar	3.435	3.391	1,3%
Ecocataratas	4.223	4.366	-3,3%
Ecosul	4.323	4.339	-0,4%
ECO101	7.644	7.325	4,4%
Ecoponte	1.037	1.105	-6,2%
Total	33.994	33.521	1,4%
Leves			
Ecovias dos Imigrantes	9.854	9.480	3,9%
Ecopistas	15.014	14.430	4,0%
Ecovia Caminho do Mar	1.466	1.526	-3,9%
Ecocataratas	2.905	2.842	2,2%
Ecosul	1.966	1.924	2,2%
ECO101	4.318	4.251	1,6%
Ecoponte	6.235	6.292	-0,9%
Total	41.759	40.745	2,5%
Pesados + Leves			
Ecovias dos Imigrantes	16.921	16.391	3,2%
Ecopistas	21.279	20.514	3,7%
Ecovia Caminho do Mar	4.901	4.917	-0,3%
Ecocataratas	7.128	7.208	-1,1%
Ecosul	6.290	6.263	0,4%
ECO101	11.962	11.576	3,3%
Ecoponte	7.272	7.397	-1,7%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	75.753	74.266	2,0%

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou aumento de 2,0% no 1T18. Os principais motivos para a variação do 1T18 estão apresentados abaixo:

- ✓ **Veículos Pesados** – aumento de 1,4% no 1T18. As concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecovia Caminho do Mar tiveram o tráfego impulsionado positivamente pelo aumento das exportações de milho nos portos de Santos e Paranaguá. A Ecopistas e a ECO101 apresentaram aumento de tráfego devido à retomada da produção industrial das regiões. A Ecocataratas e a Ecosul apresentaram redução no tráfego em razão do atraso na colheita da safra de soja devido ao clima

Comentário do Desempenho

desfavorável nas regiões. A Ecoponte apresentou redução no tráfego influenciado pela insegurança dos motoristas de veículos comerciais que trafegam na região metropolitana do Rio de Janeiro.

- ✓ **Veículos Leves** – aumento de 2,5% no 1T18. A Ecovias dos Imigrantes e tiveram o tráfego influenciado pelo aumento no fluxo de turistas em razão dos feriados prolongados e clima favorável. A Ecovia Caminho do Mar apresentou redução no tráfego em função do menor fluxo de turistas impactado pelo alto volume de chuvas no mês de janeiro. A Ecocataratas apresentou crescimento de tráfego devido a melhora da economia na região e pelo aumento no fluxo de turismo de compras no Paraguai. A Ecosul apresentou crescimento de tráfego influenciado pelo fluxo de turistas em razão dos feriados prolongados. A ECO101 apresentou aumento de tráfego em razão da retomada da produção industrial. A Ecoponte apresentou redução de tráfego influenciado pelo menor número de dias úteis no 1T18 quando comparado ao 1T17.

TARIFA MÉDIA

TARIFA MÉDIA (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	1T18	1T17	Var.
Ecovias dos Imigrantes	16,16	15,81	2,3%
Ecopistas	3,42	3,28	4,1%
Ecovia Caminho do Mar	17,25	16,72	3,2%
Ecocataratas	11,97	11,57	3,5%
Ecosul	11,70	10,97	6,7%
ECO101	4,42	4,00	10,6%
Ecoponte	4,10	4,00	2,5%
TARIFA MÉDIA CONSOLIDADA	8,88	8,57	3,5%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 3,5% no 1T18 devido principalmente, à aplicação dos reajustes tarifários nas concessões rodoviárias.

Em maio de 2017, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 em 10,8%, sendo 4,6% devido à aplicação do IPCA, 4,3% à reversão do Fator "D" e o restante referente ao reequilíbrio da Lei dos Caminhoneiros e revisões ordinária e extraordinária.

Em junho de 2017, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Ecoponte em 2,5% que refletiu o IPCA de 4,1%, compensado pela antecipação de resultado de receitas acessórias da concessão que foi convertido em modicidade tarifária, conforme previsto em contrato.

Em julho de 2017, foram aplicados os reajustes de 1,6%, pelo IGP-M, na Ecovias dos Imigrantes e de 3,6%, pelo IPCA, na Ecopistas.

No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

Em dezembro de 2017 foram aprovados os reajustes contratuais das tarifas básicas de 3,8% na Ecovia Caminho do Mar e 2,8% na Ecocataratas.

Em janeiro de 2018, foi aprovado reajuste das tarifas de pedágio na Ecosul composto pelo reajuste anual previsto em contrato de 2,8%, degrau tarifário positivo de 1,6% relativo ao aditivo contratual assinado em 2015, e acréscimo tarifário de 2,0% em decorrência dos impactos de revisões ordinárias e extraordinárias, totalizando um reajuste de 6,6%.

Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$825,2 milhões no 1T18, aumento de 10,3%, sendo influenciada principalmente pela receita de construção e pelas receitas de pedágio.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Receitas de Pedágio:	672,4	636,7	5,6%
Ecovias dos Imigrantes	273,5	259,1	5,6%
Ecopistas	72,7	67,3	8,0%
Ecovia Caminho do Mar	84,5	82,2	2,8%
Ecocataratas	85,3	83,5	2,3%
Ecosul	73,6	68,7	7,1%
Eco101	52,9	46,3	14,3%
Ecoponte	29,8	29,6	0,8%
Receitas Acessórias e de Serviços	26,1	24,7	5,8%
Receita de Construção ICPC-01	126,7	87,1	45,5%
Total Consolidado	825,2	748,4	10,3%

- ✓ **Receita de Pedágio:** crescimento de 5,6% no 1T18. Esse crescimento foi resultante, principalmente, da melhora do tráfego e dos reajustes contratuais nas tarifas de pedágio das concessões rodoviárias;
- ✓ **Receita Acessória e Serviços:** incremento de 5,8% no 1T18 resultante dos novos contratos de permissão de uso da faixa de domínio da Ecoponte;
- ✓ **Receita de Construção:** aumento de 45,5% no 1T18 devido ao maior nível de obras nas concessionárias ECO101 e Ecovias dos Imigrantes.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 1T18 aumentaram 16,4% e totalizaram R\$401,5 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$142,4 milhões, com redução de 2,1% em relação ao 1T17, mesmo com inflação de 2,7% no período.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Pessoal	59,1	60,1	-1,7%
Conservação e manutenção	18,6	18,4	0,9%
Serviços de terceiros	31,2	32,7	-4,4%
Seguros, poder concedente e locações	20,0	19,8	1,1%
Outros	13,6	14,5	-6,7%
Custos caixa	142,4	145,5	-2,1%
Depreciação e amortização	105,4	91,6	15,1%
Provisão manutenção ICPC 01	27,0	20,6	30,7%
Custo de construção de obras ICPC 01	126,7	87,1	45,5%
TOTAL	401,5	344,8	16,4%

- ✓ **Pessoal:** redução de 1,7%, mesmo com reajuste salarial de 4,2% a 4,8% em março/2017 e de 1,8% em março de 2018, em função da otimização da estrutura de pessoal nas concessionárias;

Comentário do Desempenho

- ✓ **Conservação de manutenção:** aumento de 0,9% devido aos maiores custos com drenagem na Ecosul e com revestimento vegetal na faixa de domínio da Ecovias dos Imigrantes;
- ✓ **Serviços de terceiros:** R\$31,2 milhões no 1T18, redução de 4,4% nos custos com consultoria para otimização de *Opex* e *Capex* na Companhia;
- ✓ **Seguros, poder concedente e locações:** aumento de 1,1% devido ao maior pagamento da outorga variável em função do crescimento da receita nas concessões Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas e Ecosul.
- ✓ **Outros:** redução de 6,7% em função de reconhecimento de perda com devedores duvidosos, relacionada a receitas acessórias na Ecocataratas em 1T17 e economias com energia elétrica na ECO101.

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$490,8 milhões no 1T18, com margem EBITDA pró-forma de 77,5%. O EBITDA, no 1T18, foi de R\$463,8 milhões (margem EBITDA de 61,0%). O lucro líquido totalizou R\$175,5 milhões no 1T18, crescimento de 7,1% em relação ao 1T17.

EBITDA (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Lucro líquido	175,5	163,9	7,1%
Imposto de renda e contribuição social	96,1	88,9	8,0%
Resultado Financeiro	82,8	85,3	-2,9%
Depreciação e amortização	105,4	91,6	15,1%
Participação dos minoritários	4,1	3,5	18,2%
EBITDA ¹	463,8	433,2	7,1%
Margem EBITDA ¹	61,0%	63,1%	-2,1 p.p.
Provisão para manutenção ²	27,0	20,6	30,7%
EBITDA Pró-Forma ³	490,8	453,8	8,2%
Margem EBITDA Pró-Forma ³	77,5%	75,7%	1,8 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T18 foi negativo em R\$82,8 milhões, redução de 2,9% devido, principalmente, a redução da variação do IPCA, CDI e TJLP (indexador das debêntures e dos empréstimos e financiamentos) quando comparado com o mesmo período de 2017.

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Juros sobre Debêntures	(80,3)	(78,8)	1,8%
Variação Monetária sobre Debêntures	(25,9)	(26,0)	-0,5%
Juros sobre Financiamentos	(11,4)	(18,9)	-39,8%
Variação Monetária sobre Direito de Outorga	(0,3)	0,9	-136,3%
Variação Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(1,1)	(3,5)	-67,5%
Receitas de Aplicações Financeiras	24,1	21,6	11,5%
Ajuste a Valor Presente	(7,8)	(8,7)	-9,9%
Outros Efeitos Financeiros	19,9	28,1	-29,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(82,8)	(85,3)	-2,9%

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

A EcoRodovias Concessões e Serviços encerrou março de 2018 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$1.542,5 milhões. A dívida bruta (composta por empréstimos, financiamentos e debêntures) atingiu R\$5.727,3 milhões, sendo 85% dos vencimentos no longo prazo. As obrigações com o poder concedente eram de R\$7,9 milhões.

A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$4.184,8 milhões, com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 2,3x. Para mais informações sobre o endividamento, vide notas explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2018	31/12/2017	Var.
Curto Prazo	845,7	998,4	-15,3%
Empréstimos e Financiamentos	55,7	56,3	-0,9%
Debêntures	789,9	942,1	-16,2%
Longo Prazo	4.881,7	4.655,3	4,9%
Empréstimos e Financiamentos	424,1	434,7	-2,4%
Debêntures	4.457,6	4.220,6	5,6%
Endividamento Financeiro Bruto¹	5.727,3	5.653,7	1,3%
Obrigações com Poder Concedente	7,9	13,1	-44,5%
Endividamento Bruto	5.735,3	5.666,8	1,2%
Caixa e equivalentes de caixa	1.542,5	1.651,2	-6,6%
Dívida Líquida	4.192,7	4.015,5	4,4%
Endividamento Financeiro Líquido¹	4.184,8	4.002,5	4,6%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex consolidado totalizou R\$156,6 milhões no 1T18. Os principais investimentos nas concessões rodoviárias foram a implantação do prologamento da Rodovia Carvalho Pinto na Ecopistas e as duplicações da ECO101. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhares de R\$)	1T18		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias	140,9	14,7	155,6
Ecovias dos Imigrantes	23,8	5,2	29,0
Ecopistas	30,5	1,9	32,4
Ecovia Caminho do Mar	3,2	0,4	3,6
Ecocataratas	15,3	5,4	20,7
Ecosul	17,0	1,7	18,7
ECO101	49,0	-	49,0
Ecoponte	2,1	0,1	2,2
Ecorodovias C&S	1,0	-	1,0
CONSOLIDADO	141,9	14,7	156,6

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *“Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$200,7 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 9.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 17 de abril de 2018.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017”), publicadas no dia 01 de março de 2018 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

4. Reclassificação

A Administração das controladas diretas Ecovias, Ecocataratas, Ecopistas e Ecovia realizaram a reclassificação de R\$8.833, R\$5.376, R\$4.568 e R\$3.323, respectivamente, entre as rubricas de “Imobilizado” e “Intangível” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, refletindo assim nas Demonstrações consolidadas da Companhia. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas “Edificações” e “Instalações”.

Notas Explicativas

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	122.678	(22.100)	100.578
Intangível	4.169.552	22.100	4.191.652
	4.292.230	-	4.292.230

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$4.318) na Demonstração do fluxo de caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica “Pagamento de obrigações com Poder Concedente”.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(4.318)	(4.318)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(4.318)	4.318	-
	(4.318)	-	(4.318)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	13	14	29.407	37.853
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	1.008.798	1.127.703	1.420.722	1.504.290
Aplicações compromissadas (b)	-	-	7.558	17.473
Aplicações automáticas - compromissadas (c)	88	133	5.315	22.540
	1.008.899	1.127.850	1.463.002	1.582.156

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 37,2% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 21,6 % em Operações Compromissadas, 2,3% em Letra Financeira (LF), 38,9% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais (98,9% em 31 de dezembro de 2017).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (80,0% em 31 de dezembro de 2017), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Notas Explicativas

6. Títulos e valores mobiliários – vinculados - Consolidade

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	31/03/2018	31/12/2017
Fundo de investimento (a)	79.510	69.068
	79.510	69.068
Circulante	67.602	60.234
Não circulante	11.908	8.834

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,6% do CDI (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A – Ecopistas e para a Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. apenas operações com o BNDES.

7. Clientes - Consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/03/2018	31/12/2017
Pedágio eletrônico (a)	128.125	123.216
Receitas acessórias (b)	6.392	5.849
Outras contas a receber	2.524	5.055
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	(1.323)	(1.263)
	135.718	132.857

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

(c) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas

6. Clientes - Consolidado--Continuação

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	134.717	129.583
Vencidos:		
Até 30 dias	819	939
De 31 a 60 dias	89	566
De 61 a 90 dias	9	1.691
De 91 a 120 dias	84	78
Acima de 120 dias	1.323	1.263
	<u>137.041</u>	<u>134.120</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo inicial no período	1.263	503
Constituição de PECLD no período	893	885
Valores recuperados no período	(833)	(104)
Saldo final do período	<u>1.323</u>	<u>1.284</u>

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não está efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldos no início do período	320	285	97.166	89.031
Adições	-	-	1.270	2.926
Baixas	-	-	(1.050)	(348)
Atualização monetária	1	9	662	1.369
Saldos no fim do período	<u>321</u>	<u>294</u>	<u>98.048</u>	<u>92.978</u>

A natureza dos depósitos judiciais em 31 de março de 2018 são:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Natureza		
Cível	5.281	5.268
Tributário	785	465
Trabalhista	9.454	9.271
Meio Ambiente	49.937	46.065
ISS São Bernardo	9.236	8.128
Desapropriações	23.355	23.781
	<u>98.048</u>	<u>92.978</u>

Notas Explicativas

9. Investimentos - Controladora

	Valores das investidas 31/03/2018		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	398.280	96.669	100%	100%	398.280	419.623	96.669	94.144
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	52.745	29.563	100%	100%	52.745	60.462	29.563	28.812
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	558.367	8.640	100%	100%	558.367	554.973	8.640	5.852
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A (*)	228.206	8.146	100%	58%	132.360	127.631	4.725	1.898
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. – Ecoponte	153.371	11.875	100%	100%	153.371	143.599	11.875	11.819
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas	110.141	18.771	100%	100%	110.141	114.207	18.771	18.961
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul (**)	36.848	21.866	100%	90%	36.848	30.317	21.209	18.678
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. – ágio	-	-	-	-	46.208	47.606	-	-
					1.488.320	1.498.418	191.452	180.164

(*) Em 28 de dezembro de 2017, a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e a Companhia (controladora direta da Eco101), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela Companhia, de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão da compra está sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, este último recebido em 26 de janeiro de 2018.

(**) Em 16 de janeiro de 2018, a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e a Companhia (controladora direta da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referente a aquisição, pela Companhia, de 10% do capital social da Ecosul atualmente detido pela Grant. A ECS pagará R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, este último recebido em 08 de fevereiro de 2018.

Em 01 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A ("Companhia"), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, BNDES e demais credores, bem como a autorização dos

Notas Explicativas

acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 05 de dezembro de 2013 e expira em 08 de janeiro de 2044.

Em 06 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia") foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, por meio da Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais ("SETOP"), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguintes trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital. A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5,9 milhões com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2,06 bilhões.

Notas Explicativas

9. Investimentos - Controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Aumento no percentual de investimentos	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/018
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	419.623	(118.012)	-	-	-	96.669	398.280
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	60.462	(37.292)	-	-	12	29.563	52.745
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	554.973	(5.251)	-	-	5	8.640	558.367
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	127.631	-	-	-	4	4.725	132.360
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	143.599	(2.109)	-	-	6	11.875	153.371
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	114.207	(22.837)	-	-	-	18.771	110.141
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	30.317	(18.708)	-	4.025	5	21.209	36.848
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	47.606	-	(1.398)	-	-	-	46.208
	1.498.418	(204.209)	(1.398)	4.025	32	191.452	1.488.320

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2017
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	400.860	(99.470)	-	-	-	94.144	395.534
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	42.780	(28.022)	6.366	-	34	28.812	49.970
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	498.444	(2.635)	13.000	-	15	5.852	514.676
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	89.249	-	2.610	-	12	1.898	93.769
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	123.695	(8.970)	-	-	14	11.819	126.558
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	71.587	(57.774)	-	-	13	18.678	32.504
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	134.967	(19.209)	-	-	-	18.961	134.719
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	52.095	-	-	(1.122)	-	-	50.973
	1.413.677	(216.080)	21.976	(1.122)	88	180.164	1.398.703

Notas Explicativas

9. Investimentos - Controladora--Continuação

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de março de 2018:

	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte
Ativo	251.555	351.380	1.898.919	428.103	1.628.062	619.549	285.146
Ativo Circulante	70.388	45.281	225.562	67.082	167.122	26.068	71.334
Ativo não circulante	181.167	306.099	1.673.357	361.021	1.460.940	593.481	213.812
Passivo	251.555	351.380	1.898.919	428.103	1.628.062	619.549	285.146
Passivo Circulante	29.367	89.800	144.923	55.485	161.537	79.782	69.529
Passivo não circulante	169.443	224.732	1.355.716	262.477	908.158	311.561	62.246
Patrimônio líquido	52.745	36.848	398.280	110.141	558.367	228.206	153.371
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte
Receita líquida	80.475	79.671	281.968	95.280	96.984	94.226	33.200
Custos dos serviços prestados	(29.219)	(37.759)	(104.273)	(56.443)	(60.740)	(75.512)	(12.368)
Lucro bruto	51.256	41.912	177.695	38.837	36.244	18.714	20.832
Despesas gerais e administrativas	(3.703)	(4.580)	(12.284)	(4.185)	(4.710)	(2.121)	(2.225)
Outras receitas/(despesas)	-	(8)	1	-	-	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	47.553	37.324	165.412	34.652	31.534	16.593	18.607
Resultado financeiro	(3.144)	(4.335)	(22.194)	(5.229)	(21.121)	(4.218)	(1.362)
Lucro operacional antes dos impostos	44.409	32.989	143.218	29.423	10.413	12.375	17.245
Imposto de renda e contribuição social	-	14.846	-	(10.653)	(1.773)	(4.229)	(5.370)
Lucro líquido	29.563	21.866	96.669	18.770	8.640	8.146	11.875

Notas Explicativas

10. Imobilizado

a) Controladora

	Taxa anual de depreciação - %		Taxa média ponderada de depreciação - %		Custo		Depreciação		Residual		
	10,0	10,0	10,9	6,8	Saldos em	Saldos em	Adições	Saldos em	Saldos em	31/12/2017	
					31/12/2017	31/03/2018	Adições	31/03/2018	31/12/2017		
Hardwares	10,0	10,0	10,9	6,8	18.218	18.445	227	(500)	(14.432)	3.513	3.786
Máquinas e equipamentos	10,0	10,0	6,8	7,4	1.072	1.098	26	(19)	(689)	390	383
Móveis e utensílios	10,0	10,0	7,4	-	1.810	1.810	-	(33)	(921)	856	889
Terrenos	-	-	-	-	2.185	2.185	-	-	-	2.185	2.185
Edificações	4,0	4,0	4,2	20,0	8.459	8.459	-	(90)	(2.243)	6.126	6.216
Veículos	10,0	10,0	20,0	10,0	153	153	25	(8)	(116)	29	37
Instalações	10,0	10,0	10,0	-	7.779	7.804	-	(194)	(2.660)	4.950	5.119
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	2.377	2.377	-	-	-	2.377	2.377
Outros	-	-	10,0	-	5.102	5.102	278	(127)	(2.021)	2.954	3.081
					47.155	47.433	278	(971)	(23.082)	23.380	24.073

	Taxa anual de depreciação - %		Taxa média ponderada de depreciação - %		Custo		Depreciação		Residual		
	10,0	10,0	16,6	7,3	Saldos em	Saldos em	Adições	Saldos em	Saldos em	31/12/2016	
					31/12/2016	31/03/2017	Adições	31/12/2016	31/03/2017		
Hardwares	10,0	10,0	16,6	8,2	17.398	17.398	-	(12.276)	(723)	(12.999)	5.122
Máquinas e equipamentos	10,0	10,0	7,3	-	1.046	1.046	-	(614)	(19)	(633)	432
Móveis e utensílios	10,0	10,0	8,2	-	1.766	1.766	-	(779)	(36)	(815)	987
Terrenos	-	-	-	-	2.178	2.178	-	-	-	-	2.178
Edificações	4,0	4,0	4,0	20,9	8.459	8.459	-	(1.889)	(85)	(1.974)	6.570
Veículos	10,0	10,0	20,9	10,1	153	153	198	(84)	(8)	(92)	69
Instalações	10,0	10,0	10,1	-	7.508	7.706	-	(1.881)	(193)	(2.074)	5.627
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	1.739	1.874	-	-	-	-	1.874
Outros	-	-	10,1	-	4.993	4.993	3	(1.517)	(126)	(1.643)	3.476
					45.240	45.573	336	(19.040)	(1.190)	(20.230)	25.343

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa média ponderada de depreciação - %		Custo		Depreciação		Residual	
	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/03/2018	Adições	Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/12/2017
Hardwares	10,0	7,4	256.090	535	256.611	(4.753)	(225.135)	35.694
Máquinas e equipamentos	10,0	6,5	49.034	394	49.424	(798)	(26.576)	23.252
Móveis e utensílios	10,0	-	17.645	6	17.605	(349)	(11.038)	6.918
Terrenos	-	-	6.512	-	6.512	-	-	6.512
Edificações	4,0	4,2	8.459	-	8.459	(96)	(2.347)	6.208
Veículos	10,0	12,3	16.552	3	16.555	(509)	(12.943)	4.118
Instalações	10,0	10,0	7.779	25	7.804	(194)	(3.232)	4.741
Outros	-	5,9	23.827	-	23.827	(352)	(11.044)	13.135
	-	-	385.898	963	386.797	(7.051)	(292.315)	100.578

	Taxa média ponderada de depreciação - %		Custo		Depreciação		Residual	
	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016
Hardwares	10,0	8,8	247.085	1.609	248.694	(5.442)	(205.880)	46.647
Máquinas e equipamentos	10,0	6,9	44.761	237	44.998	(769)	(23.431)	22.099
Móveis e utensílios	10,0	8,2	17.067	21	17.093	(351)	(9.639)	7.779
Terrenos	-	-	6.505	-	6.505	-	-	6.505
Edificações	4,0	4,8	33.921	215	34.136	(405)	(21.213)	13.113
Veículos	10,0	13,1	16.754	-	16.754	(549)	(12.148)	4.606
Instalações	10,0	10,2	34.290	603	34.893	(885)	(11.058)	23.835
Outros	-	7,7	22.782	137	22.916	(437)	(9.592)	13.544
	-	-	423.165	2.822	425.989	(8.838)	(292.961)	138.955

Em 31 de março de 2018, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 14) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

11. Intangível

a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %		Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Saldos em 8		Amortização		Residual	
	31/12/2017	31/12/2017	31/03/2018	Adições	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/03/2018	31/03/2018	31/12/2017
Intangível em andamento	-	1.770	-	-	1.770	-	-	-	-	1.770	1.770
Softwares de terceiros	20,0	70.685	10,4	704	71.389	(1.850)	(52.890)	(1.850)	(54.740)	16.649	17.795
		72.455		704	73.159	(1.850)	(52.890)	(1.850)	(54.740)	18.419	19.565

	Taxa anual de amortização - %		Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Saldos em 8		Amortização		Residual	
	31/12/2016	31/12/2016	31/03/2017	Adições	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016
Intangível em andamento	-	1.157	-	-	1.157	-	-	-	-	1.157	1.157
Softwares de terceiros	20,0	65.901	11,7	551	66.452	(1.928)	(45.236)	(1.928)	(47.164)	19.288	20.665
		67.058		551	67.609	(1.928)	(45.236)	(1.928)	(47.164)	20.445	21.822

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Saldo em 31/12/2017		Saldo em 31/03/2018		Saldo em 31/03/2018		Saldo em 31/12/2017	
			Adições	Adições	Adições	Adições	Adições	Adições		
Contratos de concessão	(ii)	(ii)	6.142.696	46.378	6.189.074	(2.360.241)	(95.883)	(2.456.124)	3.732.950	3.782.455
Softwares de terceiros	20,0	10,5	92.494	759	93.253	(68.709)	(2.446)	(71.155)	22.098	23.785
Outros	-	-	181.290	-	181.290	(5)	-	(5)	181.285	181.285
Intangível em andamento (i)	-	-	204.127	93.817	297.944	-	-	-	297.944	204.127
			6.620.607	140.954	6.761.561	(2.428.955)	(98.329)	(2.527.284)	4.234.277	4.191.652

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Saldo em 31/12/2016		Saldo em 31/03/2017		Saldo em 31/03/2017		Saldo em 31/12/2016	
			Adições (i)	Adições (i)	Adições	Adições	Adições	Adições		
Contratos de concessão	(ii)	(ii)	5.708.564	32.248	(794)	69	5.740.087	(1.993.604)	(80.210)	7
Softwares de terceiros	20,0	11,8	85.675	751	-	-	86.426	(58.532)	(2.528)	-
Intangível em andamento (i)	-	-	-	54.749	(219)	(74)	54.456	-	-	-
Outros	-	-	181.290	-	-	-	181.290	(5)	-	-
			5.975.529	87.748	(1.013)	(5)	6.062.259	(2.052.141)	(82.738)	7

(i) Os principais valores concentram-se nas controladas indiretas: na Eco101 no valor de R\$ 187.645 em restauração de pavimentos, sistemas de drenagens e obras especiais correntes, e consultoria de apoio as obras de duplicação; na Ecofonte no valor de R\$ 12.131 em obras operacionais e obras no Meritório em Niterói; Ecovias no valor de R\$ 25.317, obras referente a passarelas e Viaduto João Firmino KM 21800, terraplenagem, remoção de redes, pavimento rígido e projetos de executivos; Ecopistas R\$ 197.340, sendo a principal obra o prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III e na Ecocataratas no valor de R\$ 4.319 referente-se à aparelhamento da PRF e PRE e estrutura de duplicação; Ecosul no valor R\$ 716, recuperação e manutenção de pavimentos, implantação de defensas metálicas e construção de bases; Ecovia no valor de R\$ 3.483 em obras de melhoria na BR 277 e restauração, manutenção da BRs e aparelhamento da PRF e PRE.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de março de 2018 foram 6,2% a.a. (5,43% a.a. em 31 de março de 2017).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No período findo em 31 de março de 2018, foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$6.511 (R\$3.497 em 31 de março de 2017).

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período do relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018	31/03/2018
Provisão para contingências	9.954	762	(314)	10.402	448
Outros	5.735	723	(1.107)	5.351	(384)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	8.849	202	(1.781)	7.270	(1.579)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação					
Duvidosa - PECLD	61	71	(70)	62	1
Provisão para manutenção	95.399	7.354	(757)	101.996	6.597
AVP ônus Concessão	1.966	-	(249)	1.717	(249)
Juros capitalizados	(8.856)	(2.143)	23	(10.976)	(2.120)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(48.429)	-	835	(47.594)	835
Realização do ágio na incorporação	39.087	-	(2.396)	36.691	(2.396)
IR e CS diferido - ativo (passivo) (ii)	103.766	6.969	(5.816)	104.919	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					1.153

(i) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas diretas: ECO101 e Ecopistas.

(ii) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$121.245 no ativo não circulante e R\$16.326 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das investidas seja realizada sem até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	26.523	33.276
2020	33.198	32.083
2021	28.048	26.388
2022	26.002	24.785
Posteriores a 2022	(8.852)	(12.766)
	104.919	103.766

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	177.006	163.983	275.627	256.275
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(60.182)	(55.754)	(93.713)	(87.134)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	59.665	56.284	-	-
Despesas indedutíveis	(16)	(13)	(33)	(75)
Amortização de ágio	(475)	(382)	(1.719)	(1.625)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	273	260
Outros	(522)	(222)	(882)	(355)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.530)	(87)	(96.074)	(88.929)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(852)	(309)	(97.227)	(89.181)
Impostos diferidos	(678)	222	1.153	252
Taxa efetiva	n.m.	n.m.	34,9%	34,7%

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo no início do período provisão IR/CS	24.550	32.516
Despesa IR/CS DRE	97.227	89.181
Total de IR/CS pagos no período	(82.724)	(85.339)
Saldo no final do período provisão IR/CS	39.053	36.358

Notas Explicativas**13. Empréstimos e financiamentos - Consolidado**

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2017	31/12/2017
Em moeda nacional:					
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	32.093	34.597
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP + 2,45% a.a.	113.630	117.012
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	201	212
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6% a.a.	443	494
Finame (c)	Ecocataratas	06/2018	3% a.a.	14	27
Finem (d)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,10% a.a.	2.245	3.920
Finame (e)	Ecosul	11/2020	6,0% a.a.	136	148
Financiamento (f)	ECO101	12/2019	21,27% a.a.	182	203
Finem (g)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	38.900	39.261
Finem (h)	ECO101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	175.878	178.071
Finem (h)	ECO101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	67.170	67.761
Finem (i)	Ecoponte	08/2032	TJLP+3,48% a.a.	48.958	49.275
Leasing (j)	Ecosul	03/2018	25,13% a.a	-	28
				479.850	491.009
Circulante				55.742	56.261
Não circulante				424.108	434.748

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2018	31/12/2017
2019	40.021	51.254
2020	52.825	52.707
2021	43.641	41.288
Posteriores a 2022	287.621	289.499
	424.108	434.748

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período	491.009	714.936
Encargo financeiro (vide Nota Explicativa nº 24)	12.523	22.414
Pagamento de juros	(9.593)	(9.963)
Pagamento do principal	(14.089)	(11.017)
Saldo fim do período	479.850	716.370

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos – Consolidado --Continuação

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 31 de março de 2018, os índices foram atendidos, com exceção do ICSD, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(e)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(g)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios
(h)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios
(i)	Ecoponte	BNDES	(i) Razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor de ações da EcoRodovias. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte é titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Fiança pela EcoRodovias.
(j)	Ecosul	Leasing	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

Índices financeiros Ecopistas (a)	Exigido	Medido
(i) PL/passivo total	≥ 20%	34,30%
(ii) Cobertura da dívida	≥ 1,20	1,06 (**)
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	≤ 4,00	3,73
Índices financeiros Ecoponte (l)	Exigido	Medido
(i) PL/passivo total	≥ 20%	56,5%
(ii) Cobertura da dívida	≥ 1,30	n.m. (*)
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	≤ 4,00	-0,19

(*) ICSD não apurado, conforme clausula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Janeiro de 2019).

(**) Índice amparado por fiança da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços. O não atingimento do índice limita a distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Eco101 são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	15.086	150 parcelas
B1	66.237	66.237	705	150 parcelas
B2	52.483	28.514	303	150 parcelas
B3	117.799	11.137	118	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	294.361	16.212	

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecopistas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	65.263	114 mensais
b	85.528	85.528	49.953	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	12.525	114 mensais
e	21.769	21.769	5.442	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	2.672	114 mensais
k	29.846	22.438	5.314	114 mensais
l	9.169	9.169	1.834	10 anuais
Total	355.396	277.384	143.003	

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecoponte são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.466	51.719	427	177 mensais
b	177.920	-	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	-	-	177 mensais
e	2.074	-	-	157 mensais
Total	417.000	51.719	427	

Notas Explicativas

14. Debêntures

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.220.700	1.194.291
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	440.819	447.317
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI	-	-	153.857	151.294
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	198.599	195.228
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI	-	-	159.292	156.626
2ª Emissão - Ecosul	06/2018	107,5% do CDI a.a.	-	-	50.951	50.073
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% do CDI a.a.	-	-	53.353	52.443
1ª Emissão - Eco101	12/2018	CDI + 1,80% a.a.	-	-	25.392	24.847
3ª Emissão – Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% do CDI a.a.	216.623	216.840	216.623	216.840
5ª Emissão – Ecorodovias Concessões	12/2018	109,0% do CDI a.a.	106.421	104.574	106.421	104.574
6ª Emissão – Ecorodovias Concessões	11/2022	106,00% e 110,25% do CDI	1.089.153	1.070.399	1.089.153	1.070.399
6ª Emissão – Ecorodovias Concessões	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	30.798	30.038	30.798	30.038
4ª Emissão – Ecorodovias Concessões	04/2025	105,5% do CDI a.a.	325.331	319.955	-	-
2ª Emissão – Ecorodovias Concessões	10/2018	CDI+0,79% a.a	82.489	80.850	82.489	80.850
2ª Emissão – Ecorodovias Concessões	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	798.051	778.926	798.051	778.926
1ª Emissão – Ecorodovias Concessões	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	620.978	608.943	620.978	608.943
			3.269.844	3.210.525	5.247.476	5.162.689
Circulante			593.753	763.320	789.919	942.137
Não circulante			2.676.091	2.447.205	4.457.557	4.220.552

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Saldo inicial	3.210.525	1.752.575	5.162.689	3.717.205
Adições	-	-	-	49.885
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	59.319	53.225	108.497	107.136
Pagamento juros	-	-	(12.644)	(12.401)
Pagamento de principal	-	-	(11.066)	(4.967)
Saldo final	3.269.844	1.805.800	5.247.476	3.856.858

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

2ª Emissão

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI over -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020 107% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% aa, pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora (“cessão”). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,18% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,42% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 0,79% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI over, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

Notas Explicativas

- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/03/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	511.207	(1.676)	509.531	295.015	(2.724)	292.291
2020	690.549	(2.117)	688.432	688.562	(2.111)	686.451
2021	562.224	(1.429)	560.795	560.237	(1.425)	558.812
2022	562.264	(627)	561.637	560.277	(625)	559.652
Posteriores a 2023	355.696	-	355.696	349.999	-	349.999
	2.681.940	(5.849)	2.676.091	2.454.090	(6.885)	2.447.205

	Consolidado					
	31/03/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	1.056.807	(4.513)	1.052.294	847.249	(7.652)	839.597
2020	1.130.369	(6.144)	1.124.225	1.122.409	(6.138)	1.116.271
2021	681.903	(5.235)	676.668	678.645	(5.231)	673.414
2022	949.461	(2.956)	946.505	943.362	(2.954)	940.408
Posteriores a 2023	659.230	(1.365)	657.865	652.227	(1.365)	650.862
	4.477.770	(20.213)	4.457.557	4.243.892	(23.340)	4.220.552

Notas Explicativas

A companhia possui contratos com Cláusulas (“covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,68
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,34
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0x	12,15
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	≥20%	34,30%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥1,20x	2,23
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 5,5x	4,46
Ecosul	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,20
	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,0x	1,20
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,20
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/Ebitda	≤ 3,75x	2,30
	2ª	Dívida líquida/Ebitda	< 3,5x	2,47
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,71
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,30
		Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	6,13
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,30
Ebitda /Despesa financeira líquida		≥ 2,5x	6,13	
5ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	2,30	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	6,13	
6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,30	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	6,13	
Ecovia	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,45

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Taxa de juros	TIR
	Debêntures - 1ª série	15/10/2012	240.000	CDI + 0,79%	11,56% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/10/2012	160.000	5,00%+ IPCA	11,20% a.a.
	Debêntures - 3ª série	15/10/2012	400.000	5,35%+ IPCA	10,82% a.a.
	Debêntures - 1ª série	24/05/2015	232.000	CDI + 1,18% a.a.	13,41% a.a.
	Debêntures - 2ª série	24/05/2015	368.000	CDI + 1,42% a.a.	12,31% a.a.
Ecorodovias Concessões e Serviços	Debêntures - Série única	18/11/2016	215.000	106,0% CDI	9,39% a.a.
	Debêntures - Série única	12/04/2017	300.000	105,5% CDI	8,65% a.a.
	Debêntures - Série única	22/06/2017	100.000	109,0% CDI	7,95% a.a.
	Debêntures - 1ª série	14/12/2017	319.550	106,0% CDI	8,19% a.a.
	Debêntures - 2ª série	14/12/2017	750.450	110,25% CDI	8,87% a.a.
	Debêntures - 3ª série	14/12/2017	30.000	IPCA + 6,0%	9,06% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	IPCA + 3,80% a.a.	9,51% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	IPCA + 4,28% a.a.	9,18% a.a.
	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,44% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,63% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,56% a.a.
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,46% a.a.
	Debêntures Privada - 1ª série	14/07/2017	100.000	105,0% CDI	6,80% a.a.
	Debêntures Privada - 2ª série	14/12/2017	70.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
	Debêntures Privada - 3ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
	Debêntures Privada - 4ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	CDI + 1,80% a.a.	8,96% a.a.
Ecocataratas	Série única	17/05/2017	185.000	106,5% CDI	7,59% a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	107,0% CDI	11,11% a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	107,5% CDI	9,44% a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	107,0% CDI	7,28% a.a.
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	106,5% CDI	11,92% a.a.
			5.217.000		

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Juros de mútuo	Custos e Despesas		
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b) (g)	Controlada direta	4.564	-	45	4.838	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada direta	17.112	-	-	18.623	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (g)	Controlada direta	-	-	62	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	70
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecofonte (b)	Controlada direta	1.126	-	-	1.199	-	-	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (b)	Controlada direta	6.574	-	-	7.005	-	-	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada direta	-	135.765	-	-	-	2.515	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (r)	Controlada direta	5.267	258.530	-	4.259	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada direta	-	20.000	-	1.560	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (u)	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio Cubatão Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	203	-	-	217	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	170	-	-	182	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	1	-	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora direta	335.150	-	-	-	-	10.246	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (g) (d)	Controladora direta	100	-	1.077	-	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (n) (o)	Controladora direta	88.225	652.033	-	11.686	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r)	Controladora direta	-	85.487	-	1.411	-	-	-
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	-	766	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (b)	Controlada direta	4.204	-	-	4.457	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (f)	Controlada direta	-	-	-	72	-	-	72
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada direta	5.461	-	-	5.793	-	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (i)	Controlada direta	-	-	-	161	-	-	161
Termates Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	337	-	-	359	-	-	-
Intinera Construções LTDA.(t)	Outras partes relacionadas	-	-	-	2	-	-	-
Total em 31 de março de 2018		468.493	1.151.815	1.185	62.590	12.761	303	
Total em 31 de dezembro de 2017		436.423	1.112.321	1.536	261.758			
Total em 31 de março de 2017					47.185	14.168	298	

Notas Explicativas

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado		
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Juros de mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Custos e Despesas
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	7.132	1.170	-	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (s)	Outras partes relacionadas	-	2.987	1.613	-	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (p)	Outras partes relacionadas	-	5.734	-	-	-	-	-
Ecopálio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	203	-	-	217	-	-	-
Ecopálio Cubatão Logística Ltda. (v)	Outras partes relacionadas	48	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	170	-	1	181	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora direta	335.150	-	-	-	10.246	11.686	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (n)	Controladora direta	88.225	652.033	-	-	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r) (o)	Controladora direta	-	85.488	-	-	-	-	154
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (d) (g)	Controladora direta	100	-	1.127	-	-	-	-
Elbg S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	-	766	-	-	-
Incopal Construções Pré-fabricadas Ltda. (m)	Outras partes relacionadas	-	-	156	-	-	-	-
A.Madeira Ind. Com. Ltda. (q)	Outras partes relacionadas	-	2.987	1.592	-	-	-	-
Vix Logística S.A. (k)	Outras partes relacionadas	-	-	439	-	-	-	1.468
Unimar Transportes Ltda. (j)	Outras partes relacionadas	-	-	404	-	-	-	1.364
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	629	84	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	337	-	-	359	-	-	-
Engenharia e Construções Arariboia (l)	Outras partes relacionadas	-	2.538	1.169	-	-	-	-
Total em 31 de março de 2018		424.233	759.528	7.755	1.523	10.246	11.686	2.986
Total em 31 de dezembro de 2017		415.275	1.015.100					
Total em 31 de março de 2017					35.320	-	-	4.152

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) O valor de R\$135.765 (R\$133.627 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2025.
- (b) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$176.929, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de março de 2018 é de R\$45.018 (R\$21.648 em 31 de dezembro de 2017).
- (c) O valor de R\$335.150 (R\$326.441 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 13,64% a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- (d) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (folha de pagamento).
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.830. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020 e em 31 de março de 2018. Os saldos em aberto a pagar R\$1.254 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (g) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e sua controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato vigorou de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2018.
- (h) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$24 (R\$24 em 31 de dezembro de 2018).
- (i) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de março de 2018, esse valor atualizado é de R\$53 por mês (R\$53 em 31 de dezembro de 2017).
- (j) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2018, já haviam incorridos R\$23.220. Em 31 de março de 2018, há um saldo em aberto a pagar de R\$404 com vencimento em até 45 dias.
- (k) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Vix e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$28.480 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2018, já haviam incorridos R\$25.125, e há um saldo a pagar de R\$439 com vencimento em até 45 dias.
- (l) A Contratada Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 26% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$49.364 participação da Araribóia). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.169, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (m) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$7.373. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016, sendo que já foram incorridos. Em 31 de março de 2018 o saldo a pagar é de R\$156 (R\$156 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

- (n) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020.
- (o) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.
- (p) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03. O valor do contrato é de R\$120.779. O prazo para execução dos serviços foi 31 de março de 2018. Em 31 de março de 2018, não há saldo a pagar em aberto de serviços incorridos.
- (q) A Contratada A. Madeira Ind e Com. Ltda, participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da A. Madeira). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.592 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (r) Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. Em 31 de março de 2018 o saldo era de R\$85.487 (R\$84.077 em 31 de dezembro de 2017).
- (s) A Contratada Contek Engenharia S.A. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da Contek). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.613, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (t) A Itínera Construções Ltda. celebrou contrato com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., a qual se obriga a prestar serviços contábeis, fiscais e de recursos humanos conforme "Catálogo de Serviços". O valor do contrato é de R\$15 e sua vigência foi até fevereiro de 2018.
- (u) Refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.
- (v) Refere-se a troca de Numerários entre Ecopátio e Ecopistas.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 31 de março de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de março de 2018 em R\$19.633, contemplando custos adicionais referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no período está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	4.403	2.849
Plano de retenção	-	1.225
Plano de opção com base em ações	65	32
Previdência privada	20	21
Remuneração baseada em ações	317	133
Assistência médica	19	17
Seguro de vida	1	1
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	281	594
	<u>5.106</u>	<u>4.872</u>

16. Obrigações com Poder Concedente - consolidado

i) Outorgas fixas e variáveis

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	1.963	6.330
Variável - Ecosul (e)	285	214
Variável - Ecovias (b)	1.467	1.500
Variável - Ecopistas (b)	384	412
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	518	518
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	269	269
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (d)	257	257
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (g)	460	466
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	302	302
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (j)	2.026	2.794
	<u>7.931</u>	<u>13.062</u>
Circulante	7.931	13.062

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em 31 de março de 2018, restam 1 parcela a vencer e os pagamentos corresponderam a 99,58% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2017).
- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de março de 2018, o valor atualizado mensal é de R\$257 (R\$257 em 31 de dezembro de 2017).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2018, a parcela reajustada é de R\$302 (R\$302 em 31 de dezembro de 2017).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de março de 2018, o valor atualizado é de R\$269 (R\$269 em 31 de dezembro de 2017).
- i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- j) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

Notas Explicativas

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo no início do período	13.062	31.446
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	10.951	10.370
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 24)	344	(948)
Pagamento do principal	<u>(16.426)</u>	<u>(14.697)</u>
Saldo no final do período	<u>7.931</u>	<u>26.171</u>

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas Explicativas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

31/03/2018								
Previsão de 2018 ao fim da concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	63.461	18.365	70.557	60.623	62.818	1.624.154	614.316	2.714.295
Conservação especial (manutenção)	42.593	65.710	17.171	187.950	386.620	566.550	420.450	1.887.044
Equipamentos	11.038	37.314	53.372	8.808	225.751	345.417	86.830	768.530
Total	117.092	21.389	41.100	257.381	675.189	2.536.121	1.121.596	5.369.869

31/12/2017								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	64.373	229.019	89.439	72.787	63.522	1.657.807	611.686	2.788.633
Conservação especial (manutenção)	44.384	66.950	223.586	194.627	385.860	562.604	417.870	1.895.881
Equipamentos	11.090	37.114	53.000	8.747	225.202	343.021	86.332	764.506
Total	119.847	333.083	366.025	276.161	674.584	2.563.432	1.115.888	5.449.020

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$ 248 milhões já realizados até 31 de março de 2018 e R\$ 36 milhões a serem realizados nos próximos anos. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela controlada direta Ecopistas.

Notas Explicativas

17. Informações sobre o contrato de Concessão

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 06 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Notas Explicativas

Ecovia e Ecocataratas

Em razão das recentes notícias veiculadas na mídia referente a citação de 2 (duas) subsidiárias da Companhia (Concessionária Ecovia do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas) no inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e no inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, ambas investigações conduzidas pela 13ª Vara do Tribunal Federal de Justiça em Curitiba/PR (“Inquéritos Policiais”) e, em complemento aos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, O Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovaram em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente, cujas principais responsabilidades são (a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação às políticas internas e procedimentos relativos à investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. O Comitê Independente reportará diretamente ao Conselho de Administração. A Companhia informa que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a contratação da empresa Koury Lopes Advogados, para execução dos trabalhos mencionados no item b, acima. As subsidiárias Ecovia e Ecocataratas não foram objeto de denúncia em ação penal.

18. Provisão para manutenção - Consolidado

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente com taxas de 6,58% a 11,85% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº23)	1.142.368	32.902	-	-	1.175.270
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº23)	(232.403)	(5.939)	-	-	(238.342)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(14.611)	-	(824.143)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº24)	169.191	-	-	7.051	176.242
	269.624	26.963	(14.611)	7.051	289.027
Circulante	90.503				82.943
Não circulante	179.121				206.084

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº23)	1.002.111	27.552	-	-	1.029.663
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº24)	(210.773)	(6.928)	-	-	(217.701)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(18.258)	-	(680.773)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº24)	139.249	-	-	7.486	146.735
	268.072	20.624	(18.258)	7.486	277.924
Circulante	87.531				73.563
Não circulante	180.541				204.361

Notas Explicativas

19. Provisão para construção de obras futuras - Consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(50)	-	(47.371)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº24)	15.939	-	779	16.718
	<u>65.266</u>	<u>(50)</u>	<u>779</u>	<u>65.995</u>
Circulante	57.568			57.518
Não circulante	7.698			8.477

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(7.604)	-	(43.471)
Ajuste a valor presente - realizações	11.111	-	1.207	12.318
	<u>71.892</u>	<u>(7.604)</u>	<u>1.207</u>	<u>65.495</u>
Circulante	38.124			37.817
Não circulante	33.768			27.678

20. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

	Controladora			Total
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	
SalDOS em 1º de janeiro de 2018	-	1.071	-	1.071
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	13	-	13
(-) Pagamentos	-	(13)	-	(13)
(+) Atualização monetária	-	11	-	11
SalDOS em 31 de março de 2018	-	<u>1.082</u>	-	<u>1.082</u>

Notas Explicativas

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	-	645	-	645
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	(86)	-	(86)
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	7	-	7
Saldos em 31 de março de 2017	-	566	-	566

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	66.661	10.721	8.630	86.012
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.587	331	210	2.128
(-) Pagamentos	(945)	(219)	-	(1.164)
(+) Atualização monetária	1.044	(172)	11	883
Saldos em 31 de março de 2018	68.347	10.661	8.851	87.859

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	62.558	9.438	7.668	79.664
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	407	442	221	1.070
(-) Pagamentos	(230)	(412)	-	(642)
(+) Atualização monetária	602	592	18	1.212
Saldos em 31 de março de 2017	63.337	10.060	7.907	81.304

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- A controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Ecovias não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 09 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Será interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 30 de setembro de 2014, em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de março de 2018 é de R\$ 49.937 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2018, o montante de R\$188.941 (R\$164.252 em 31 de dezembro de 2017), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2018, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$50.082 (R\$50.082 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada direta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

Notas Explicativas

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de março de 2018, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$160.271 (R\$149.883 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários classificados como possível são conforme segue:

- Processo na controlada Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, ainda pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. O valor correspondente à discussão, em 31 de março de 2018 é de R\$126.738 (R\$121.739 em 31 de dezembro de 2017).

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2018 o total de reserva legal é de R\$139.343 (R\$139.343 em 31 de dezembro de 2017).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 31 de março de 2018 é de R\$241.210 refere-se a: R\$177.177 saldo de dividendos remanescentes de 2017, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2018; R\$64.033 dividendos intermediários do exercício de 2018, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2019. O saldo de R\$26 dividendos está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

Notas Explicativas**e) Participações de acionistas não controladores**

	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período	97.948	72.583
Aporte de capital	-	1.890
Aquisição de participação de minoritários	(4.025)	
Constituição de reservas	(2.156)	
Dividendos	-	(6.420)
Reserva de capital - plano de opções	3	10
Participação nos lucros do período	4.077	3.450
Saldo no fim do período	95.847	71.513

22. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	288.052	280.984
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	323.345	307.750
Vale-pedágio	-	-	60.860	47.706
Outras	-	-	138	212
	-	-	672.395	636.652
Receita de construção	-	-	126.745	87.125
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	47.457	48.999	26.093	24.662
Receita bruta	47.457	48.999	825.233	748.439
Deduções de receita (d)	(5.290)	(5.472)	(65.275)	(62.123)
Receita líquida	42.167	43.527	759.958	686.316

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	672.395	636.652
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	47.457	48.999	26.093	24.662
	47.457	48.999	698.488	661.314
Deduções				
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(3.609)	(3.725)	(24.460)	(23.450)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(781)	(808)	(5.299)	(5.081)
ISS (2% a 5%)	(900)	(939)	(35.463)	(33.592)
Abatimentos	-	-	(53)	-
	(5.290)	(5.472)	(65.275)	(62.123)

Notas Explicativas

23. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	21.450	21.209	59.073	60.116
Conservação e manutenção	1.200	1.698	18.572	18.414
Serviços de terceiros (*)	4.332	9.023	31.202	32.652
Seguros	31	-	3.000	3.482
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 10 e nº 11)	2.821	3.118	105.380	91.576
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	-	-	10.951	10.370
Locações de imóveis e máquinas	3.081	3.255	6.065	5.940
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 17)	-	-	26.963	20.624
Custo de construção de obras (vide Nota Explicativa nº 22)	-	-	126.745	87.125
Outros custos e despesas operacionais	1.085	1.077	13.557	14.535
	34.000	39.380	401.508	344.834
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	21.733	22.559	370.054	308.714
Despesas operacionais gerais e administrativas	12.267	16.821	31.454	36.120

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	16.136	1.193	24.092	21.611
Juros sobre mútuo	12.760	14.168	10.246	10.097
Juros ativos sobre cessão de dívidas	11.686	21.131	11.686	21.131
Juros capitalizados	-	-	6.511	3.497
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	-	948
Variação monetária créditos fiscais	389	649	1.062	2.012
Receita sobre debêntures privada	5.670	-	1.411	-
Outras receitas financeiras	34	30	100	43
	46.675	37.171	55.108	59.339
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (vide Nota Explicativa nº 14)	(48.250)	(43.789)	(80.263)	(78.835)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13)	-	-	(11.387)	(18.917)
Juros sobre debêntures privada	(5.371)	-	-	-
Variação monetária sobre debêntures (vide Nota Explicativa nº 14)	(8.666)	(8.342)	(25.850)	(25.979)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13)	-	-	(1.136)	(3.497)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 16)	-	-	(344)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.592)	(1.094)	(3.795)	(2.322)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras futuras (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	(7.830)	(8.693)
Atualização monetária obrigações sociais	(12)	(7)	(882)	(1.213)
Pis/Cofins s/ outras receitas financeiras	(3.647)	-	(4.301)	(4.095)
Outras despesas financeiras	(355)	(3.147)	(2.141)	(1.097)
	(67.893)	(56.379)	(137.929)	(144.648)
Resultado financeiro, líquido	(21.218)	(19.208)	(82.821)	(85.309)

Notas Explicativas

25. Lucro por ação - Consolidado

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	175.475	163.896
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,25</u>	<u>0,24</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - Consolidado

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (a)	3.269.844	2.447.205	5.735.257	5.666.760
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(1.008.899)	(1.127.850)	(1.542.512)	(1.651.224)
Dívida líquida	2.260.945	1.319.355	4.192.745	4.015.536
Patrimônio líquido (b)	905.273	1.018.305	1.001.120	1.116.253
Índice de endividamento líquido	2,50	1,30	4,19	3,60

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 98,5% do CDI (98,6% do CDI em 31 de dezembro de 2017), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 16.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2018 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	30.679	30.679
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	135.718	135.718
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	1.511.833	1.511.833
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	57.157	57.157
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	479.850	479.850
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	5.247.476	5.247.476
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Outros passivos financeiros	7.931	7.931
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	Outros passivos financeiros	7.915	7.915

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(ii) Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures se aproximam do valor justo na data do balanço.

(iii) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

(iv) O valor do *phantom stock option* está registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade.

Notas Explicativas

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens *top-down* e *botton-up*.

Na abordagem *top-down* são identificados os riscos significativos e de cada Unidade de Negócio que podem impactar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia. Estão relacionados à análise do ambiente externo (ameaças e oportunidades) e do ambiente interno (forças e fraquezas) e traduzidos no inventário de riscos significativos (*Top Risks*).

Sua revisão está inserida no acompanhamento e no monitoramento do cumprimento do Planejamento Estratégico.

Na abordagem *botton-up* são identificados os riscos de processos na cadeia de valor dos processos de gestão, de negócio e de suporte que podem impactar o cumprimento dos objetivos dos processos da Companhia. Sua revisão está inserida nas atividades de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria com acompanhamento e monitoramento periódico.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: prontidão Operacional, Imagem, Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Legal e Social.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$103.495 (R\$102.928 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures – Ecovia	106,5% CDI	21.263	144.338	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	22.117	11.752	149.441	-
Debêntures - Ecosul	107,5% CDI	51.703	-	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	7.115	3.946	50.678	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18%	241.125	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42%	41.942	199.009	184.576	-
Debêntures - ECS	CDI + 0,79%	85.849	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	15.862	220.194	-	-
Debêntures - ECS	105,5% CDI	47.227	23.641	24.839	419.145
Debêntures - ECS	109,0% CDI	111.927	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	27.446	21.501	332.869	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	67.080	52.553	51.711	809.075
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0%	2.352	1.942	1.966	42.676
Debêntures - Eco101	CDI + 1,8%	27.039	-	-	-
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48%	6.410	6.410	6.410	73.186
Debêntures - Ecopistas	105,0% CDI	12.624	7.630	8.015	141.058
Debêntures - Ecopistas	105,5% CDI	13.187	11.110	11.674	217.410
Debêntures - Ecocataratas	106,5%	27.319	186.842	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45%	37.088	34.744	32.329	31.424
BNDES - Ecocataratas	TJLP + 2,10%	2.276	-	-	-
BNDES – Eco101	TJLP + 3,84%	41.023	41.023	41.023	339.965
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00%	127.558	120.259	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25%	112.230	108.618	124.512	227.519
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35%	43.681	31.926	227.935	441.876
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80%	20.065	144.349	142.822	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28%	76.947	41.850	42.353	1.147.808
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45%	7.298	6.891	6.502	19.866
Finame - Ecosul	6,00%	57	54	34	-
Finame - Ecocataratas	2,50%	48	47	46	71
Finame - Ecocataratas	3,00%	14	-	-	-
Finame - Ecocataratas	6,00%	221	209	41	-

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	70.416	52.812	35.208
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(329.523)	(377.258)	(424.782)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(193.431)	(194.530)	(195.629)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(39.117)	(48.896)	(58.675)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(4.134)	(5.167)	(6.201)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(85)	(105)	(127)
Juros a incorrer, líquidos		(495.874)	(573.144)	(650.206)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de março de 2018 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	6,25%	7,81%	9,38%
IGP-M (b)	5,36%	6,70%	8,04%
IPCA (c)	3,37%	4,21%	5,06%
TJLP (d)	6,75%	8,44%	10,13%
CDI (e)	6,25%	4,69%	3,13%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

27. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

28. Eventos subsequentes

Em 24 de abril de 2018, a controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), através da sua controlada direta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias dos Imigrantes") e o Estado de São Paulo, representado pela ARTESP - Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo celebraram o 17º Termo Aditivo Modificativo ("TAM") ao Contrato de Concessão. O referido TAM tem por objeto a implantação da obra denominada "Nova Entrada de Santos – Sistema Viário", que eliminará os conflitos viários hoje existentes, separando o fluxo de entrada e saída ao Porto de Santos, composto predominantemente por veículos pesados, do tráfego que entra e sai da cidade de Santos, no qual prevalecem os veículos leves. O investimento previsto será de cerca de R\$270 milhões (Base: dezembro/2017). A inclusão das obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro serão realizados através da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, mediante a extensão do prazo do Contrato de Concessão em 7 meses e 24 dias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados/revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 22 de fevereiro de 2018 e 8 de maio de 2017, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de abril de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao período findo em 31 de março de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2018.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao período findo em 31 de março de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2018.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico